



Editais nº 1371537
Disponibilização: 14/03/2025
Publicação: 14/03/2025

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
Comitê Intersetoria de Política Municipal para a População em Situação de Rua
Rua Libero Badaró, 119, 7º Andar - Bairro Centro - São Paulo/SP - CEP 01009000
Telefone: 11-2833-4150
PROCESSO 6074.2024/0007299-7

Extrato de Ata SMDHC/CPDDH/CPPSR/COMITEPOPRUA Nº 121488807

ATA DE REUNIÃO Nº 48

SUBCOMITÊ PERMANENTE DE ZELADORIA URBANA

REALIZADA NO DIA 26 DE FEVEREIRO DE 2025

Pauta: Situação da População de Rua no Tremembé.

Participantes Governo: Alcyr Barbin (SMDHC), Karen Barbosa (SMDHC), Thiago Fijos de Souza (SME)

Participantes Sociedade Civil: Hari Kraemer, Adriana Ribeiro, Gisele Abreu

Participantes Organização Social: Beatriz Clemente (Fórum da Cidade), Cleiton Ferreira (É de Lei)

Convidado: Roberta Cristina (SMDHC) Daniela Santiago (SMDHC), Tamara Pereira, Roseli Kraemer, Wilherson Carlos Luiz (DPESP)

Às 15:05 horas do dia 26 de fevereiro de 2025, no endereço; Rua Líbero Badaró, 119 - Sé, São Paulo - SP, 01008-000, via Teams. Reuniram-se os presentes participantes citados acima.

Alcyr iniciou a reunião informando que a sessão estava sendo gravada e solicitou-se que, caso alguém não desejasse ser gravado, avisasse e posteriormente se retirasse da reunião. Alcyr abordou a Lei nº 17.252, regulamentada pelo Decreto nº 62.149, destacando suas atribuições, que incluem, entre outras, o monitoramento, a avaliação e a fiscalização das ações de zeladoria urbana; o recebimento e encaminhamento de denúncias aos órgãos competentes; a proposição de orientações conforme o artigo 10 do Decreto, relacionado à proteção de bens públicos; a elaboração de sugestões acerca de bagageiros públicos e outros equipamentos; e o auxílio na definição de diretrizes para a capacitação dos agentes envolvidos nas ações de zeladoria urbana, com foco em métodos de mediação e promoção de diálogos em situações de conflitos.

Foi ressaltado que, normalmente, busca-se apresentar relatórios encaminhados pela equipe de abordagem social, os quais contêm informações sobre os relatos das pessoas atendidas. Contudo, lamentou-se a perda desse contato, pois a assistência ainda não indicou um responsável para acompanhar a situação.

Foi sugerida a realização de uma busca ativa, destacando que já ocorreram duas ações de abordagem, sendo uma delas no dia 11 de fevereiro e outra no dia 18 de fevereiro. Por fim, mencionou-se a necessidade de discutir a formação prevista na agenda, a qual visa aprimorar as ações relacionadas à zeladoria urbana.

Informou que, no dia 11 de fevereiro, foi realizada uma ação no Minhocão, nas proximidades da Praça Marechal Teodoro. A equipe saiu da Secretaria e interagiu com as pessoas presentes naquele local. Em seguida, a ação passou pela Estação Cidadania, localizada na Santa Cecília, e posteriormente pela Tenda

de Altas Temperaturas na Praça Marechal Teodoro.

Relatou-se que a relação entre essas ações e a zeladoria urbana é ambígua. Alguns relatos indicam que certas equipes de zeladoria são mais tranquilas, porém, em outras situações, há ações mais intensas, como a remoção de barracas. Essas ações mais rigorosas, conforme informado, acontecem principalmente aos sábados, por volta das 10h. Além disso, há relatos de que, duas semanas antes, algumas pessoas foram privadas de suas barracas, medicamentos e documentos. Entre esses relatos, um casal mencionou que uma mulher estava dormindo dentro de sua barraca e que, ao ser abordada, a barraca e a mulher foram colocadas no caminhão. Foi relatada mais uma situação envolvendo um espaço delimitado onde as pessoas costumam permanecer, especialmente em virtude da pressão exercida por seguranças privados dos comerciantes. Essas pressões têm levado a uma abordagem intensiva para que as pessoas saiam dessa área. Além disso, foi mencionado que existe uma diferença no tratamento entre as pessoas que permanecem na parte inferior do Minhocão e aquelas que ficam na Praça. No caso daqueles que estão no Minhocão, há relatos de que é exigido o pagamento de uma quantia para que consigam montar suas barracas.

O Sr. Cleiton Ferreira questionou a veracidade desses relatos, indagando se realmente correspondem à realidade. Em resposta, o Sr. Alcyr Barbin Netto informou que tais relatos podem ser reais ou tratar-se de relatos de indivíduos recebidos durante os atendimentos, sendo necessário, portanto, investigar a veracidade de cada caso especificamente.

O Sr. Cleiton expressou sua preocupação com o crescimento da região do Minhocão, informando que está organizando uma visita à Estação Cidadania para acompanhar a situação de perto. Relatou que, embora já houvesse várias pessoas na área, o número de ocupantes aumentou significativamente. A principal preocupação de Cleiton é que as cobranças por espaço possam estar sendo feitas por famílias e não por pessoas em situação de rua. Ele também mencionou que algumas famílias que perderam suas moradias no centro migraram para o Minhocão. Além disso, relatou ter ouvido falar sobre a venda de lotes na região próxima à Praça Marechal Teodoro, o que já ocorreu anteriormente, especialmente no Parque Dom Pedro.

Em resposta, Alcyr Barbin Netto reconheceu que a preocupação levantada por Cleiton é relevante, destacando a importância de frisar essas questões. Ele mencionou que não está tratando isso como uma realidade confirmada, mas considera muito provável que a pressão de segurança dos comerciantes tenha levado à liberação de algumas áreas, o que causa uma grande diferença, especialmente em relação às barracas, sendo permitidas em alguns locais e não em outros.

Alcyr também mencionou a passagem pela Estação Cidadania, que fica em frente à praça ainda não inaugurada, e pela Tenda de Altas Temperaturas, onde há bebedouros de água disponíveis para as pessoas.

Alcyr relatou ainda sobre as ações e equipes da Zeladoria Urbana, observando que algumas equipes são mais tranquilas, enquanto outras são mais rigorosas. Ele destacou que as ações mais intensas ocorrem aos sábados, um dia de maior movimento na região.

Beatriz Clemente comentou sobre uma situação semelhante ocorrida no fluxo, onde também há variação na intensidade da violência durante os plantões, mencionando que há um grupo de policiais mais bruscos em suas abordagens.

Cleiton continuou suas observações, informando que, em algumas situações, as pessoas estão muito próximas umas das outras e que as ações realizadas variam de acordo com o comandante de turno. Ele destacou que, durante a madrugada, o ambiente ao redor do muro se torna um momento de opressão, onde há uma divisão entre quem pode ou não entrar, com critérios específicos sendo aplicados. Cleiton mencionou que, ao considerar a mediação de conflitos, a própria Guarda Municipal proíbe que algumas pessoas convivam nesse espaço, criando uma distinção entre aqueles que podem trabalhar e aqueles que não podem.

Ele também relatou que práticas semelhantes estão ocorrendo em outros locais, como na região da Armênia, e questionou se existe algum secretário responsável pela segurança e como se dá a comunicação entre as diferentes partes envolvidas.

O Sr. Cleiton ainda mencionou a experiência da Blocolândia, destacando que foi um evento funcional, no

qual os participantes, em situação de rua, foram tratados de forma respeitosa pelos guardas. Esse foi o primeiro momento em que essas pessoas se sentiram em um local de poder, o que permitiu um diálogo mais eficaz e, possivelmente, uma melhoria nas relações e nas condições enfrentadas por elas.

Alcyr retomou a fala e destacou a última ação, que ocorreu desde a Praça do Patriarca até a Estação Cidadania, localizada na Rua Rangel Pestana. Relatou sobre as ações de zeladoria realizadas na Praça do Patriarca, onde o local é lavado três vezes ao dia pela equipe de zeladoria. Nesse caso, as equipes compreendem os horários e, na maioria das vezes, permitem que as pessoas retirem suas barracas. Contudo, se o responsável pela barraca não estiver presente no local, as barracas são retiradas pela equipe. Foi mencionado também o uso de lacres, mas sem relatos de que as pessoas conseguiram retirar seus pertences após o lacre ser aplicado.

Em relação à Praça da Sé, a situação foi mais complicada devido ao grande número de pessoas em situação de uso de substâncias, o que dificultou a compreensão do contexto. No entanto, foi possível entender que existe um plantão de zeladoria na área e que, naquele local, não há permissão para barracas.

Alcyr informou que, devido à presença de muitas famílias na Praça do Patriarca, há menos conflitos durante as ações da zeladoria, já que as famílias tendem a colaborar mais com as equipes e a convivência é mais tranquila.

Roberta informou que, na região da Praça da Sé, havia barracas, mas estas estavam desmontadas. Ela relatou também que surgiram muitos relatos relacionados aos pertences das pessoas, mencionando que não há entrega formal dos itens quando as barracas são lacradas, e, na maioria das vezes, quando os pertences são devolvidos, as pessoas não conseguem recuperar todos os itens. Roberta também sugeriu que seria necessário pensar em uma solução para melhorar essa relação e a forma como esses procedimentos são realizados.

O Sr. Alcyr, por sua vez, comentou sobre a baixa adesão nas ações de busca ativa, possivelmente devido ao fato de que apenas a equipe da coordenação estava envolvida nesse processo. Ele questionou se as ações devem continuar concentradas apenas na região da Sé ou se seria possível expandi-las para outros locais, como Santana, e realizar ações similares em outras subprefeituras.

A Sra. Roberta pediu a palavra e relatou sobre a quantidade de vagas, principalmente na região da Sé, e se destacou a importância de acompanhar as ações de zeladoria nas regiões de Santana, Tucuruvi, Mooca e São Mateus.

A Sra. Beatriz Clemente sugeriu que, em vez de expandir as buscas ativas para outras áreas, como Santana e Armênia, seria mais interessante continuar realizando essas ações dentro do próprio território. Ela acredita que seria valioso retornar a locais já visitados, como o CIAT, para verificar se os encaminhamentos realizados anteriormente tiveram algum impacto. Ela também mencionou a importância de voltar à quadra e ao fluxo da Craco, áreas nas quais realizaram ações no passado, para ver se houve algum progresso ou mudanças significativas desde a última visita.

Beatriz enfatizou que o objetivo não deve ser simplesmente visitar os mesmos locais repetidamente, mas sim retornar após algum tempo para avaliar se as ações realizadas surtiram efeito. Isso ajudaria a fornecer respostas sobre a eficácia das buscas ativas e a identificar o que está funcionando ou o que pode ser melhorado nas ações realizadas.

Cleiton Ferreira expressa grande preocupação com a situação dos espaços ocupados na cidade, mencionando que atualmente, o grupo está frequentando e ocupando diversos locais, como a área próxima ao SIAT, que considera especialmente preocupante. Ele descreve o ambiente como insalubre, com grandes poças de água, lixo acumulado e a presença de mosquitos, o que ele acredita aumentar o risco de contágio de doenças como dengue. Cleiton também aponta a presença de lixo industrial e outros resíduos, destacando que a zeladoria, ao intervir, acaba apenas removendo os pertences das pessoas, sem tratar efetivamente do problema do lixo.

Ele questiona a ausência de fiscalização adequada para o acúmulo de lixo nesses locais e menciona que a situação é agravada pelo abandono de resíduos por parte dos próprios cidadãos, o que acaba gerando ainda mais acúmulo. Cleiton afirma que, muitas vezes, o que é retirado não é o lixo propriamente dito, mas os bens das pessoas que vivem nesses espaços. Além disso, ele relata uma experiência pessoal com um conhecido, Juliano, que, apesar de conseguir um documento, teve suas barracas removidas durante uma ação da zeladoria, sem poder recuperar seus pertences essenciais.

Cleiton também menciona que a situação de um trabalhador em situação de vulnerabilidade social, que trabalha com reciclagem, foi extremamente complicada. Ele relata que, mesmo com o esforço para regularizar a documentação do trabalhador, este acabou enfrentando dificuldades para exercer sua atividade sem ser acusado de roubo devido à falta de documentos. Ele reforça que a falta de soluções adequadas, como um processo de acolhimento eficiente e uma maior conscientização e ação por parte da zeladoria, contribui para agravar ainda mais a situação.

Por fim, Cleiton destaca a importância de melhorar a prática dos trabalhadores responsáveis pela coleta de lixo e a necessidade de encontrar soluções mais eficazes para o descarte e gestão dos resíduos urbanos, afirmando que a situação está cada vez mais difícil e que há uma grande urgência em resolver esses problemas de forma mais estruturada e humana.

Beatriz Clemente confirma que compartilha das mesmas preocupações expressas por Cleiton Ferreira, mencionando que tem recebido informações semelhantes sobre o acúmulo de lixo e as poças de água, que permanecem mesmo após as intervenções. Ela ressalta que, enquanto os pertences das pessoas são retirados durante as ações da zeladoria, o lixo permanece, o que considera uma grande falha na gestão do processo. Beatriz enfatiza que a situação é uma falta total de responsabilidade e senso, o que agrava ainda mais a situação das pessoas que vivem nessas condições.

Gisele Abreu relata uma situação preocupante próxima à prefeitura e ao lado da Secretaria de Direitos Humanos, na esquina da Praça Patriarca. Ela destaca que há diversos relatos sobre a precária condição enfrentada por mães com crianças, idosos e cadeirantes na região. A zeladoria, ao ser acionada através do número 156, esteve no local e realizou ações como jogar água, mas Gisele observa que o atendimento não é suficiente.

Além disso, ela menciona que o pessoal da zeladoria está frequentemente retirando barracas, mas sem um acompanhamento adequado. A abordagem, de acordo com os relatos, tem sido insensível, com muitos funcionários tratando as famílias, especialmente mães com crianças, de maneira desrespeitosa. Gisele destaca que, embora a alegação seja de falta de vagas para abrigar essas famílias, é comum que essas vagas não sejam disponibilizadas quando as pessoas buscam ajuda. Ela critica a falta de ação efetiva, lembrando que o município já recebeu mais de 27 milhões de reais, mas esses recursos não têm sido aplicados de maneira eficaz. Gisele também chama atenção para o fato de que muitas mães estão perdendo a guarda de seus filhos, com relatos de que o Conselho Tutelar tem agido de forma inadequada, levando crianças de mães que buscam apoio, mas sem conseguir vagas em abrigos.

A situação é descrita como um grande descaso e Gisele solicita uma fiscalização rigorosa para garantir que os direitos das famílias vulneráveis sejam respeitados, com um atendimento mais humano e eficiente para essas pessoas em situação de rua. Ela também critica a falta de compromisso por parte dos órgãos responsáveis, como o 156, que não está funcionando corretamente, e solicita uma mudança nesse cenário afirmando ainda que ligam para conseguir vagas e não tem.

Alcyr pergunta em qual região está acontecendo e Gisele retorna informando que é na região da Praça do Patriarca.

Gisele ainda relata, em sua comunicação, diversas situações que evidenciam a falta de vagas e o descaso com as famílias em situação de vulnerabilidade. Ela afirmou que, ao buscar apoio junto à prefeitura e aos

serviços responsáveis, como o 156, as famílias estão frequentemente sendo orientadas a registrar seus dados, porém, após o cadastro, é informado que não há vagas disponíveis. Gisele mencionou que, após longos períodos de espera, muitas famílias, inclusive com bebês, não conseguem acesso a um abrigo, sendo necessário, em alguns casos, recorrer ao apoio direto de autoridades, como o prefeito e o secretário, para conseguir assistência. Ela criticou a alegação de que não há vagas, mencionando que existem espaços como as "Vilas Reencontro", que estão abandonados e sem uso, enquanto as famílias permanecem sem alternativas adequadas. Gisele ressaltou que o processo de abordagem, realizado por equipes de zeladoria, tem sido ineficaz, uma vez que as famílias são removidas de seus pontos de acolhimento temporário, mas sem alternativas reais de assistência. Essas famílias, muitas vezes, retornam aos mesmos locais, sem acesso a banheiros e sem uma solução efetiva para sua situação. Gisele também sugeriu que a ação de zeladoria deveria ser acompanhada por assistentes sociais, com um planejamento para garantir a real inclusão das famílias em abrigos ou espaços adequados, promovendo, assim, a dignidade das pessoas em situação de rua. Finalizou com a preocupação de que, sem uma política pública eficiente, a situação só tende a se agravar, com os direitos das famílias sendo constantemente desrespeitados.

Esse relato enfatiza a necessidade de políticas públicas mais eficientes, com maior fiscalização e acompanhamento para garantir o atendimento digno à população em situação de rua.

Cleiton Ferreira questiona e gostaria de saber quantas 'Vilas Reencontro' estão atualmente em funcionamento e onde elas estão localizadas. Além disso, seria importante compreender se essas vilas estão sendo usadas para acolher famílias em situação de vulnerabilidade, como mencionou Gisele, ou se há outros tipos de abordagem para essa população. Como está sendo o acompanhamento das visitas e o suporte oferecido a essas famílias?"

Esta pergunta foca em entender a situação das "Vilas Reencontro" e a efetividade das ações voltadas ao acolhimento das famílias em situação de rua, com base nas preocupações levantadas por Gisele.

Alcyr Barbin Neto trouxe à discussão uma publicação do site da prefeitura que detalha as informações sobre as Villas, incluindo a quantidade de módulos de cada uma e a data de inauguração. Ele mencionou que compartilhará esses dados no chat.

No entanto, ele observou que a Vila Reencontro foge um pouco da temática e dos objetivos do comitê, que se foca principalmente em questões relacionadas à busca ativa e à interação com o poder público, especialmente no que tange à zeladoria urbana.

Alcyr também destacou a importância de compreender os problemas enfrentados pela população em situação de rua em relação à convivência com o poder público e os protocolos que não estão sendo cumpridos. Ele sugeriu que as visitas realizadas pelo comitê devem servir como um termômetro para identificar esses problemas em diferentes regiões da cidade.

Em relação à atuação das equipes de zeladoria, Alcyr mencionou que, embora haja variações no comportamento das equipes — algumas mais tranquilas, outras mais intensas —, é fundamental que as pessoas saibam quando a zeladoria irá atuar, para garantir maior transparência e previsibilidade.

Ele também destacou um conflito existente entre a legislação municipal e a liminar da DPF 976, que estabelece que as ações de remoção devem ser acompanhadas pela assistência social. No entanto, observou que, historicamente, o comitê tem defendido que os serviços de abordagem, como o Consultório na Rua, devem estar presentes durante a zeladoria, para preservar os vínculos com os usuários e evitar que o conflito com a subprefeitura impacte a área da saúde e assistência social.

Alcyr sugeriu que o comitê deveria discutir mais profundamente essa situação e verificar se é necessário revisitar as próximas etapas da busca ativa nas subprefeituras. Ele também levantou a questão de realizar mais visitas em algumas subprefeituras, dependendo dos achados já obtidos, e ponderou sobre a necessidade de comunicar os resultados dessas visitas à prefeitura.

No final, Alcyr expressou uma certa confusão quanto ao caminho a ser seguido, mas reafirmou a importância de manter o foco na busca ativa e nas estratégias de intervenção. Alcyr afirmou que, embora a busca ativa seja uma metodologia importante para compreender a percepção da população sobre a zeladoria, ela, por si

só, raramente fornecerá materialidade suficiente para justificar a abertura de um processo administrativo de responsabilização. Ele observou, no entanto, que, caso uma denúncia formal surja durante o processo de busca ativa, trazendo todas as informações necessárias, isso poderia fornecer a base para a adoção de medidas administrativas.

Beatriz Clemente sugeriu que, juntamente com a busca ativa, seria importante realizar um levantamento de provas e formalizar denúncias através do comitê, a fim de garantir que ações concretas sejam tomadas. Ela ressaltou que, se nada for feito após a visita aos locais, como no caso das quadras, onde problemas persistem, a documentação de tais situações, por meio de fotos e denúncias, seria uma maneira de pressionar os órgãos competentes. Beatriz enfatizou a necessidade de gerar encaminhamentos efetivos, já que, até o momento, não havia nenhum retorno da prefeitura ou secretarias sobre as ações anteriores.

Cleiton Ferreira concordou com a importância dessa abordagem, mas acrescentou que, além das denúncias, seria fundamental envolver a Defensoria Pública em algum momento, como uma maneira de fortalecer o processo. Ele mencionou a eficácia das ações coletivas e citou casos de pessoas em situação de vulnerabilidade que estavam sendo abusadas pelo sistema, como no caso de uma mulher que foi detida sem mais explicações e de outras pessoas presas devido a escolhas feitas em sua vulnerabilidade. Cleiton expressou preocupação com o desaparecimento de pessoas e a falta de resolução dos casos, sugerindo que, ao realizar uma ação de retorno, a Defensoria poderia acompanhar o processo para garantir que haja uma resposta adequada e que a segurança das pessoas esteja garantida. Ele concluiu sua fala destacando a urgência e a gravidade da situação, mencionando a preocupação com a mudança de gestão e a necessidade de maior ação diante do sofrimento visível nas ruas.

Wilherson Carlos Luiz iniciou sua fala cumprimentando os presentes e destacando a importância da colaboração de todos, especialmente de Beatriz Clemente. Ele mencionou que, ao acompanhar as ações do subcomitê de zeladoria, considera fundamental a abordagem direta nos territórios, pois, embora não seja possível resolver todos os problemas de imediato, é necessário trabalhar na construção de casos e na busca pelas melhores formas de intervenção. Wilherson ressaltou que não se deve esperar mudanças rápidas na atuação do poder público, mas a estratégia de conscientizar e informar a população sobre seus direitos e formas de mobilização local é crucial. Ele também destacou a importância de registrar e identificar as dificuldades e violações que as pessoas enfrentam no território, para poder direcionar adequadamente as ações de responsabilização. Wilherson mencionou um caso específico de uma pessoa que perdeu documentos devido à zeladoria urbana e sugeriu que a Defensoria Pública poderia ajudar a reaver a documentação e agilizar o processo.

Wilherson comentou sobre a importância de ações sociais no território, como a aproximação do Centro Pop Bela Vista e outras equipes que fazem abordagens sociais. Ele destacou que muitas situações de violação de direitos acontecem em locais como o Glicério, que apresenta uma complexidade, devido à presença de pessoas em situações de vulnerabilidade, incluindo o uso de substâncias.

Ele enfatizou que, apesar das dificuldades em reaver pertences perdidos durante as ações de zeladoria, é essencial registrar e ouvir as pessoas afetadas, pois mesmo que a longo prazo não seja possível resolver tudo, dar respostas rápidas, como ajudar a recuperar documentos, já é uma medida eficaz. Wilherson sugeriu o uso de ferramentas como formulários no Google Forms para registrar as denúncias diretamente no território, facilitando a coleta de informações sobre as violações. Finalizando, ele sugeriu que, para facilitar o registro e o encaminhamento de denúncias, poderia ser interessante o subcomitê colaborar para criar um sistema prático e ágil para registrar essas informações, fortalecendo a resposta a essas questões no futuro.

Alcyr está discutindo a possibilidade de integrar o que foi falado no encontro com um sistema de atendimento em direitos humanos que está sendo desenvolvido por uma equipe da Secretaria. Ele menciona que esse sistema está começando a implantar um módulo de atendimento para os serviços oferecidos, o que indica que a Secretaria está em processo de atualização ou expansão dos serviços de atendimento à população.

Alcyr parece sugerir que a abordagem discutida na reunião (provavelmente relacionada à zeladoria urbana e questões sociais) poderia ser incorporada a esse sistema. Ele pergunta se seria possível pedir ou realizar

essa integração, ou seja, se há espaço ou viabilidade para integrar essas demandas sociais dentro do novo sistema de atendimento que está sendo implantado.

A pergunta final, "**Dá para pedir, dá pra fazer?**", reflete uma dúvida prática sobre a possibilidade de colocar essas ideias em ação dentro do sistema em desenvolvimento, mostrando interesse em dar continuidade às ações de forma institucionalizada.

Beatriz Clemente questiona a Wilherson se o sistema de qual ele havia falado era o SEI, e, ele retorna informando que na verdade não é parecido com o FORMS.

Cleiton deixa registrado que gosta da ideia.

Alcyr compartilhou informações de uma tabela sobre o sistema utilizado para registrar denúncias e processos. Ele explicou que o sistema não é um Excel, mas sim uma base de dados estruturada, que permite o cadastramento de diferentes tipos de itens, como denúncias de zeladoria urbana. O sistema registra informações como o histórico do processo, dados do denunciante, a data e hora do ocorrido, a vítima, testemunhas e o recolhimento de bens. Além disso, permite o acompanhamento das respostas e encaminhamentos, incluindo possíveis direcionamentos à Defensoria Pública. Ele mencionou que, após a resposta da subprefeitura, o procedimento administrativo é fechado, e a Defensoria pode analisar se há elementos suficientes para dar continuidade. Alcyr também indicou que, embora não tenha considerado a criação de um relatório de cada ação, as reuniões já servem como registro para as ações realizadas. Por fim, ele informou sobre uma próxima data prevista para a busca ativa e sugeriu discutir a possibilidade de reverter a ação para outro local, caso necessário. Discutiu sobre a localização da próxima busca ativa, considerando que o território em questão pode ser o mais eficaz para a ação. Beatriz Clemente concordou, ressaltando que atuar nesse território poderia gerar maior efetividade. Alcyr então mencionou alguns locais já visitados, como a Serra, Marechal Deodoro, Patriarca, Sé, Cracolândia e Glicério, e perguntou se havia sugestões de outros locais.

Cleiton Ferreira sugeriu o bairro Armênia, destacando que já havia trabalhado lá. Alcyr esclareceu que a Armênia está fora da área da Sé e comentou sobre a reforma do Centro, mencionando que precisaria verificar mais detalhes. Ele também cogitou o bairro Antártica como um possível local de atuação, já que ali havia um fluxo considerável de pessoas.

Wilherson sugeriu como possível local para a busca ativa a área sob o Minhocão, destacando que é uma região com grande movimentação, com presença de muitos carroceiros e pessoas, tanto na Amaral Gurgel quanto na Avenida São João. Ele mencionou que, embora estivesse sugerindo o local, não tinha certeza se seria possível realizar a ação ali.

Alcyr convida Wilherson a ir na busca ativa, mas ele informa que devido à agenda atribulada no final deste mês e no próximo tentará se organizar para incluir a ação no Minhocão na agenda de atendimento itinerante. Ele lembrou que já houve uma tentativa de ação naquela região no ano anterior, mas que não obteve muito progresso. Também mencionou a possibilidade de incluir a Estação Cidadania, chamada de "Vivenda", no planejamento, mas não tinha certeza se essa ação estava prevista para acontecer.

Wilherson questionou sobre o funcionamento da Estação Cidadania, mencionando que não sabia que estava ativa e que acredita ser importante para uma área que precisa de mais atenção. Alcyr Barbin Neto explicou que a equipe já estava realizando ações formativas no local, mas o imóvel ainda não havia sido reformado. Ele também comentou que a Estação Cidadania estava localizada na Rua das Palmeiras, de frente para a Praça Marechal, e que havia pressão dos condomínios vizinhos quanto ao funcionamento.

Wilherson perguntou sobre a localização exata, e Alcyr confirmou, indicando que o imóvel ainda passaria por reformas em breve.

Alcyr discutiu que o espaço da Estação Cidadania está sendo preparado para atividades, como o uso de banheiro, embora não haja banho disponível. Ele mencionou que ajustes precisam ser feitos na parte hidráulica do prédio. O espaço, localizado em um prédio residencial, requer uma gestão cuidadosa para garantir a convivência com os moradores do local. Ele também explicou que a próxima ação de busca ativa ocorrerá no dia 18, no Minhocão, com ponto de partida às 9h30, e que a equipe de Direitos Humanos poderá

solicitar uma van para facilitar o transporte. O objetivo dessa ação será testar a implementação de um formulário para denúncias e avaliar os casos mais concretos, além de usar as informações coletadas para aprimorar as ações da equipe. Alcyr finalizou indicando que Gisele poderia falar a seguir.

Gisele Abreu trouxe à discussão a situação precária de algumas áreas, especialmente nas proximidades do Canindé. Ela relatou que a segurança na região melhorou, mas o local ainda enfrenta problemas significativos, especialmente na frente de creches e em áreas próximas a novos equipamentos, como o restaurante Bom Prato. A situação tem gerado grande preocupação entre as mães, que solicitam apoio devido à presença de usuários de drogas, sujeira e falta de segurança. Gisele também mencionou que as mães, junto com os professores, realizaram um abaixo-assinado e pediram mais ações de zeladoria e limpeza na região. Elas ressaltaram a necessidade urgente de abordagens sociais para o acolhimento de pessoas em situação de rua, além de um acompanhamento mais eficaz. Gisele solicitou que os direitos humanos se comunicassem com a zeladoria e outras entidades responsáveis pela limpeza e apoio na área para melhorar a situação. Ela também sugeriu que seria importante incluir visitas na região, devido à gravidade da situação, e destacou a importância de ações mais integradas para resolver as questões enfrentadas pela comunidade.

Alcyr Barbin Neto sugeriu que a visita fosse marcada em uma reunião conjunta, mas não entendeu exatamente qual local Gisele Abreu estava sugerindo. Ele então pediu para que ela especificasse o endereço da região que ela gostaria de visitar.

Gisele retorna e fala sobre a região do Armenia e Alcyr informa que poderia ser entre dia 20/03 ou dia 25/03, somente verificando se não há formação nesses dias.

Alcyr pergunta se poderia ser no dia 25/03 para conselheiros e eles respondem que sim.

Na conversa, Gisele Abreu compartilhou uma situação envolvendo Allan Pozzi que estava morando em uma Kombi e pediu ajuda para tratamento, mas não conseguiu o apoio necessário. Ela destacou a falta de vagas para acolhimento e o desafio que as pessoas, tanto homens quanto mulheres, enfrentam para encontrar um local de apoio. Gisele mencionou também que muitas pessoas, ao pedirem ajuda para alimentação ou acolhimento, enfrentam dificuldades porque não conseguem acesso aos recursos de forma eficiente.

Alcyr Barbin Neto e outros membros da conversa estavam discutindo a possibilidade de organizar uma ação para abordar esses problemas. Gisele enfatizou a necessidade de mais apoio para essas pessoas em situação de rua e destacou a importância de um acolhimento efetivo. Informa ainda que o local fica mais fechado do que aberto e que existem muitos usuários pedindo socorro sem vagas.

Alcyr pergunta a Gisele qual endereço ela sugere para busca ativa e Gisele informa que pode ser na rua Ponte Seguro e de lá vai até o Canindé que é próximo.

Alcyr mencionou que uma formação foi remarcada devido a imprevistos com a equipe, como questões climáticas que afetaram as vidas pessoais dos membros da equipe. Além disso, falou sobre a necessidade de elaborar um relatório e fazer uma conversa com os três responsáveis pela assistência para definir quem acompanhará os casos.

Cleiton Ferreira se prontificou a participar da ação programada para o dia 18 de março, no Minhocão, se disponibilizando para colaborar. Ele também mencionou que gostaria de participar da ação do dia 25, mas como esse dia coincide com uma reunião do PRD, ele se organizaria para tentar comparecer a uma das reuniões.

Beatriz informa que tentará ir às duas buscas ativas.

Alcyr sugeriu, após as visitas programadas, a próxima reunião poderia ter uma maior participação das SMADS (possivelmente de algum programa ou comunidade específica). Ele propôs que, nessa reunião, o grupo poderia fazer um apanhado sobre as visitas realizadas, discutir sugestões e decidir os encaminhamentos a serem tomados.

Ele também mencionou a possibilidade de elaborar uma comunicação para as autoridades ou responsáveis

sobre as observações feitas nas visitas. Para aliviar o ambiente de silêncio na reunião.

Alcyr Barbin Neto deu alguns informes na reunião, destacando o seguinte:

Atendimento de Direitos Humanos no Carnaval: A Secretaria de Direitos Humanos estará mobilizada para prestar atendimento em seis pontos de blocos da cidade. Ele mesmo estará na região da Vila Sônia no sábado.

Comitê de Quarta-feira de Cinzas: Não haverá reunião do Comitê na Quarta-Feira de Cinzas. A próxima reunião acontecerá no dia 12 de março.

Envio de Sugestões de Pauta: As sugestões de pauta para a próxima reunião devem ser enviadas até a quarta-feira seguinte. Elas podem ser encaminhadas tanto para o e-mail do Comitê, que será guardado, quanto para o WhatsApp, embora esse último possa ser perdido facilmente.

Esses foram os principais pontos abordados como informes.

Gisele Abreu trouxe uma questão urgente à reunião, destacando a situação difícil de algumas mães que estão passando por problemas graves envolvendo seus filhos e os equipamentos de atendimento. Ela relatou que as mães estão desesperadas, com situações muito graves dentro dos equipamentos, onde as crianças estão sendo separadas dos irmãos e sendo colocadas sob grande pressão emocional.

Ela pediu que fosse marcada uma reunião com essas mães para que elas possam explicar melhor a situação e buscar ajuda. Além disso, mencionou que as mães estão tendo dificuldades com o tratamento recebido e estão pedindo socorro devido a decisões que consideram abusivas, como a retirada de seus filhos sem justificativa adequada.

Gisele pediu uma reunião urgente para ouvir cada uma dessas mães e tentar encontrar uma solução para o que está acontecendo com elas e seus filhos.

Wilherson sugeriu uma abordagem prática para ajudar as mães em situação de desespero. Ele propôs que, caso Gisele tenha o contato atualizado da Jordana, o Alcyr poderia passar essa informação para ele. A ideia é organizar um atendimento mais eficiente para as mães, com todas elas marcando uma visita conjunta à Defensoria, para que seus casos sejam tratados de forma mais organizada e sem ser fragmentada.

A proposta é que a Fernanda, que parece ser uma responsável pelo atendimento, entre em contato com as mães para coordenar o encontro de forma eficiente, garantindo que todos possam explicar suas situações de uma vez, sem dispersão.

Beatriz Clemente compartilhou um informe sobre o Carna Chá, um bloquinho de Carnaval que acontecerá na sexta-feira, dia 28. Ela mencionou que o evento promete ser bem grande, com músicos, instrumentos e pessoal fantasiado, e que o bloco sairá do local às 13h, passando pelo Anhangabaú. Todos estão convidados a participar.

Além disso, Beatriz comentou que está tentando encontrar um carroceiro para complementar a diversão, e pediu ajuda caso alguém soubesse de alguém para indicar. Reiterou o convite para todos, o evento começará logo após o almoço, com o almoço sendo servido às 11h. O pessoal começará a se arrumar desde a manhã. A concentração será no Salão do Chá do Padre às 12h, onde todos se encontrarão, com ponto de fantasia, maquiagem e máscaras.

O bloco sairá diretamente do salão e seguirá até o Largo São Francisco. Ela descreveu o evento como sendo muito bacana e fez o convite novamente para todos participarem. Ela também mencionou que o bloco é bem divertido.

Cleiton Ferreira compartilhou sobre eventos de convivência focados em espaços culturais. Ele mencionou que na terça-feira, haverá um evento no Museu da Língua Portuguesa. Ele também falou sobre convivências quinzenais que acontecem no Museu da Cidade, localizado no Beco do Pinto, perto do Seu Robson. Essas convivências também acontecem quinzenalmente às quintas-feiras.

Ele destacou que, além disso, as convivências no Museu da Língua Portuguesa ocorrem sextas-feiras, sendo

as duas programações abertas para os membros do Comitê. Cleiton enfatizou que o calendário de eventos está bem movimentado, mas as atividades continuam sendo organizadas conforme possível.

A reunião foi concluída com várias despedidas e agradecimentos. Alcyr Barbin Neto agradeceu a presença de todos e fez um convite para o Thiago da Secretaria de Educação, mencionando que ele seria indicado pelo comitê.

Thiago Fijos de Souza, por sua vez, comentou que estava se inteirando das discussões e das ações do comitê, já que não estava totalmente atualizado. Alcyr também mencionou que, caso a Secretaria tenha projetos ou temas para apresentar, o comitê está aberto para isso. Thiago confirmou que os contatos com a equipe estavam sendo feitos por e-mail.

Alcyr também aproveitou a oportunidade para se despedir, agradecendo a cooperação de todos e desejando boa sorte, mencionando a chuva e o Carnaval. Todos os participantes se despediram e desejaram um bom Carnaval.

A reunião terminou as 16h50.

Encaminhamentos

| N. | Descrição dos encaminhamentos | Data |
|----|---|--------------------------|
| 01 | Busca Ativa: Região da Sé, Praça do Patriarca, e, Minhocão. | 18/03/2025 25/03/2025 |



Karen Fernanda dos Santos Barbosa
Assessor(a) III
Em 13/03/2025, às 16:41.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://processos.prefeitura.sp.gov.br>, informando o código verificador **121488807** e o código CRC **4EA0929A**.
